



Anais da Assembleia

Nº 131

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1976

ANO II

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA
ATA DA 198.^o SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1976.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Accioly Neto.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crióstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, David Federmann, João Cioni Netto e Luiz Roberto Soares (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). - Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 199/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 240/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de PALMITAL, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam CASAS ESCOLARES, do referido município. — Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA
ATA DA 199.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1976.

QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes e Trajano Bastos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48) achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, David Federmann, João Cioni Netto e Luiz Roberto Soares (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Doutor Arturo Andreoli, DD. Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL - no sentido de ser determinada a execução do plano de extensão de linhas nos diversos bairros da cidade de Palmeira, já encaminhado o pedido pelo Prefeito do referido município, bem assim que se dê andamento à eletrificação rural atendendo aos pedidos já encaminhados pelos distritos de Colônia de Papagaios, Papagaios Novos, Lago, Quero-Quero, Santa Bárbara, Poço Grande e Faxinal do Silva.

Cumprе ressaltar que os citados distritos estão em notável desenvolvimento agro-pecuário, sendo que essa obra, ansiosamente esperada pelos seus habitantes, será muito significativa para sua consolidação.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1976.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Diretor do DER e Exmo. Sr. Diretor do DNER, solicitando que seja incluído, entre suas obras prioritárias, o acesso ligando Cafelândia D'Oeste à BR-369 (trecho Cascavel-Campo Mourão), aproximadamente a 5 km. à direita do distrito da Penha, pertencente ao município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Auscultando os moradores do distrito administrativo de Cafelândia d'Oeste, hoje pertencente ao município de Cascavel, este Deputado tomou ciência de que estariam sendo procedidos estudos pelo DER e DNER, visando ligar esse importante distrito à BR-369, no trecho Cascavel-Campo Mourão, à esquerda do distrito de Nossa Senhora da Penha, e próximo ao de Ouro Verde, ambos pertencentes ao município de Corbélia.

Para os moradores de Cafelândia, é de maior importância que se construa o acesso o mais próximo possível da sede do município de Corbélia, no sentido Cafelândia-Cascavel, e não na direção oposta, como se pretende fazer.

O ponto ideal para essa ligação, seria a 5 (cinco) quilômetros à direita do distrito de N. Sra. da Penha, mais ao norte daquele inicialmente cogitado.

Entre as vantagens dessa medida, podemos salientar que encurtará em aproximadamente 10 (dez) quilômetros a distância a ser percorrida entre Cafelândia a Cascavel.

Em contacto que mantivemos com o DER, fomos informados de que existe verba disponível para que as obras desse acesso sejam executadas em 1.977.

Não havendo impecilhos, resta-nos somente atender essa justa reivindicação de Cafelândia d'Oeste.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 120/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada "OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA IGREJA DE DEUS NO BRASIL", com sede e foro em Curitiba - Paraná.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de Outubro de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O histórico que anexamos ao presente, subscrito por Alfredo Tirling-Presidente da entidade em destaque, que vem prestando relevantes serviços à coletividade, bem justifica o plano de Lei para aprovação do qual temos certeza de contar com apoio dos nobres Pares com assunto nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta tarde, quando continua a seqüência de votação do Estatuto do Magistério, desta classe sofrida que trabalha, que luta pela educação das crianças do Paraná e dos futuros homens do Brasil, queremos render a nossa homenagem a S.

Exa. o Sr. Governador do Estado; a S. Exa. o Sr. Secretário da Educação e Cultura, Borsari Netto; e, a S. Exa. o nosso Líder nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, pela coragem com que enfrentam, com que lutam para dar ao professorado um estatuto condigno que faça jus a esta classe laboriosa que é o professorado do Paraná.

Neste instante, quando muitas vezes a Liderança do meu Partido sofre críticas infundadas, porque nós sabemos do apreço, sabemos do amor, sabemos da dedicação que tem a ARENA, no Paraná, por intermédio de S. Exa. o Sr. Governador do Estado por intermédio de S. Exa. o Sr. Secretário da Educação e Cultura, à classe de professores e, sem procurar bajular eis que estivemos nesta tribuna tecendo críticas contrárias, hoje, aqui, neste instante, é preciso dizer de público que S. Exa. o ex-Deputado, colega nosso, Borsari Netto, atual Secretário dos Negócios da Educação e da Cultura, com respaldo de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, com respaldo da Liderança Arenista do Paraná, nesta Casa, com respaldo dos Deputados da Arena e do MDB, está procurando dar ao magistério de nossa terra um Estatuto condigno que faça jus, com o suporte financeiro de nosso Estado.

E é por isso que queria, neste instante sem ser subserviente, render minhas homenagens a este Governador que teve a coragem de mandar o Estatuto por intermédio de S. Exa. o Sr. Secretário da Educação e Cultura, para esta Casa e para a nossa bancada, liderada pelo humilde e eminente Deputado Ivo Thomazoni, que luta pelo bem estar desta classe que muito merece, esta classe sofrida que hoje tem o respaldo das duas bancadas nesta Casa Legislativa.

E, se não fora isso, tem também a tutela do nosso Governador do Estado; tem também o carinho do nosso Secretário da Educação, Borsari Netto.

E é por isso que nós continuamos votando de acordo com nossa Liderança e esperamos que haja compreensão e que S. Exa. o Sr. Governador do Estado continue favorecendo o resto das classes trabalhadoras responsáveis pela administração do Estado do Paraná, para que este Estatuto seja uma realidade palpável, uma realidade sancionada por S. Exa. Jayme Canet Júnior, que, não temendo as críticas, que não temendo as antevésperas de eleições, manda pedir "o referendun" desta Casa, da doughta bancada do MDB e da bancada Arenista.

E é por isso, Sr. Presidente, sem procurar bajular, e é por isso, Srs. Deputados, sem procurar bajular o Secretário Borsari Netto, que, muitas vezes foi meu adversário de região, reconhecendo nele o homem voltado para o caso da educação no Paraná, um homem que carinhosamente está voltado para solucionar, e muito bem, os problemas dos mestres e das mestras paranaenses, que desejo render o meu respeito aos professores deste Paraná e o meu agradecimento a S. Exa. o Sr. Secretário da Educação, o meu agradecimento aos Srs. Deputados e, principalmente, ao nosso Líder, Ivo Thomazoni que, sofrendo as críticas, está olhando humilde e tranquilamente pelo bem estar destes mestres e destas mestras paranaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Jayme Canet pelo envio do Estatuto, e muito obrigado Srs. Professores do Paraná, pela compreensão e pelo reconhecimento ao nosso grande Governador Jayme Canet Júnior.—

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A sessão histórica que viveu, ontem, esta Casa Legislativa analisando o Estatuto do Magistério, que deverá ser, ainda, focalizado na sessão de hoje, teve a contribuição para a valorização de tão aguardado evento, da análise do Estatuto do Magistério, um episódio de ordem política.

E nós estamos em um ano eleitoral.

Vi, do meu local do Plenário desta Casa, passar por esta tribuna um eminente Deputado do Movimento Democrático Brasileiro, trazendo sérias denúncias de corrupção eleitoral que, infelizmente, para todos nós, grassa pela Estado do Paraná.

Com relação ao Estatuto do Magistério, queremos, tão somente, lembrar que não há necessidade de coragem para um Chefe de Poder Executivo que tem por obrigação e por dever, dar a Carta, dar o Estatuto a esta classe que há muitos anos aguarda e, é pena que tenha vindo para este Poder Legislativo, mais um Código Penal, do que o próprio Estatuto do Magistério.

O Estatuto será analisado e dele teremos oportunidade de falar no decorrer da sessão.

Quero, na oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazer o meu testemunho para que registrado fique nos Anais da Casa, para que a imprensa, toda ela independente deste meu Estado e deste meu País, possa dizer a nosso povo e à nossa gente o que vem acontecendo às vésperas deste pleito eleitoral.

Em minha terra, na Grande Londrina, a corrupção, o crime eleitoral começou há muito tempo.

Infelizmente, o Partido Situacionista, o Partido do Governo, a Arena desesperou-se, perdeu o controle, o domínio. Seus candidatos desesperançados começaram a lançar mão de recursos condenáveis e que ora registramos na tribuna. O dinheiro do povo paranaense foi utilizado pela Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, para aquisição de cobertores e, o inverno, cala fundo na alma e no corpo de todos os desprivilegiados da sorte, em todos os anos. Mas, este ano, como é ano eleitoral, então, esta Secretaria se lembrou do frio que cortava o ser humano de Londrina e de todo o Paraná, com mais intensidade, e programou a distribuição de cobertores. E lá, neste ano, as emissoras de rádio de Londrina e a outros determinados locais, onde estaria o afortunado candidato do Partido Arenista para fazer a distribuição de cobertores e agasalho.

Se pecava o Governo, pecava a Arena. Nessa oportunidade, pelo menos, estava devolvendo uma parcela ao povo, daquilo que já lhe pertencia há muito tempo.

Concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Jurandir Messias — Deputado Del Ciel, agradeço a gentileza pelo aparte. Deputado, V. Exa. referiu-se que na “Grande Londrina” e, diga-se de passagem, muito bem colocado o termo “Grande Londrina”, “Capital do Café”, mundial, que campeia a corrupção eleitoral naquele município com os homens do Partido governista. Mas, para colaborar com o pronunciamento de V. Exa., quero lembrar ao ilustre Deputado, eis que se nota, pelo início de seu pronunciamento, que, ocupa a tribuna nesta tarde para, tão somente, criticar e trazer também, desta tribuna, as suas mágoas, as suas dores e o seu problema político, o problema porque atravessa o Partido da Oposição, em Londrina, devo lembrar que a corrupção de existe, o que eu não acredito, em Londrina, deve ser por parte do MDB, porque o MDB foi um Partido sempre vitorioso em Londrina e a ARENA não ganhou nenhuma eleição em Londrina.

Portanto, fica aqui o nosso apelo para que faça essa reparação na continuidade de seu pronunciamento, porque Londrina foi sempre uma cidade onde a Oposição tem seu quartel general.

O SR. DEL CIEL — Eminente Deputado Jurandir Messias, a quem honra é honra e a justiça é justiça, honra e justiça, ao trabalhador de minha terra porque sabe que o seu voto é como a honra e não se vende, é como o amor do filho para a mãe, que não se trai.

Está aí, a receita da vitória do MDB, em nossa terra. Pode tentar o Partido situacionista corromper, pode tentar o Partido situacionista comprar consciências, mais o voto, por muito que gaste, não conquistará.

Está aí a receita da vitória do MDB que tem o Poder

Municipal em suas mãos e não o utiliza para se sagrar vencedor em 15 de novembro.

O Sr. Jurandir Messias — O trabalhador está conosco e não com o Partido de V. Exa.

O SR. DEL CIEL — Vejo que V. Exa., com relação a Londrina, é um Deputado mal informado. E o Governo de V. Exa. sabe da situação, do quadro atual de Londrina, e V. Exa. se tivesse também conhecimento da pesquisa lá realizada pelo Instituto Galup, que foi patrocinado pelo Governo de V. Exa....

O Sr. Jurandir Messias — O Governo tem realizado as maiores obras em seu município.

V. Exa. não nega que o Governo tem realizado as maiores obras em seu município.

O SR. DEL CIEL — Estamos procurando, Deputado Jurandir Messias, as obras de seu Governo. Temos visto lá, as obras da administração municipal. Vimos o Governo de V. Exa., o Governo do Paraná, tirar nosso serviço de água que, até então, era muito bom, e lá a água subiu muito no preço e sumiu das torneiras, desapareceu das torneiras dos lares de Londrina.

O Sr. Jurandir Messias — Prefeito José Richa, do Partido de V. Exa.

O SR. DEL CIEL — Perfeitamente, e o sucesso de nossa comunidade está, justamente, na felicidade a que tem tido o povo de escolher os seus governantes municipais e, quicá, a Londrina e ao Paraná, seja dada a oportunidade de escolher pelo voto direto e secreto, o futuro Governador do Paraná, para que se restabeleça a justiça, a ordem e o respeito.

Gostaria, antes de conceder os demais apartes, citar casos mais sérios que vêm ocorrendo em nosso município.

Nesta oportunidade, solicitaria ao eminente Deputado Jayme Carvalho, que se reservasse o direito de me cobrar, dentro de alguns instantes, que lhe concederei o aparte com muita honra.

Como já dizendo, começaram de há muito as irregularidades. Estavam prestando um serviço que não prejudicava tanto ao povo, através da utilização, mas da má utilização, é verdade, e da forma condenável como o fizeram. Mas, enfim, distribuíram os cobertores e agasalhos, até que, há poucos dias, apareceu o famoso desconto de duplicata política em nossa terra, e os comerciantes passaram a ser convocados a fazerem do Banco do Estado do Paraná, o desconto das duplicatas comerciais, tão somente tendo a obrigação de deixar ali, para o homem da ARENA, intermediários dessas transações, um percentual através da emissão de um título para o candidato a prefeito, para que as duplicatas pudessem ser descontadas. E companheiros nossos, comerciantes do MDB, da ARENA e comerciantes apartidários, revoltados, porque se sentiam esbulhados, se já não bastava o preço caro, o custo elevado do dinheiro que vêm comprando do Banco do Estado do Paraná, teriam ainda que abrir mão de mais uma parcela para que pudessem então manter a rica campanha do candidato londrinense, do Partido situacionista, da ARENA.

Mas ainda assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque confiamos na decisão do povo de nossa terra, deixamos a água correr. Nós sabemos que o rio só corre para baixo em direção ao mar, e aguardamos. E continuaram, principalmente os aficcionados do rico candidato londrinense, do Partido situacionista a distribuir chapéus, camisetas, sapatões e até dentaduras. Mas está muito bem. Que continuem na ilusão.

Se não aprenderam no pleito passado, na ilusão de tentar conquistar o voto com a troca de favores.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O londrinense e o paranaense para tirar uma carteira de identidade, permanecia em filas longas em nossa cidade, e quando encaminhava o seu processo era para prazos de trinta a noventa dias. Muitos, muito mais tempo. E então esse candidato arenista fez também o milagre de começar a expedir as carteiras de identidade para os londrinenses. E nós continuamos orientando o nosso povo e a

nossa gente, o caminho onde ele obteria a documentação, os favores, o chapéu, a camiseta, o sapato e a dentadura e sempre bem orientando a nossa gente e mandando ao Comitê a Arena. Mas, eis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um caso, um episódio que precisa ser denunciado desta tribuna, que necessita da interferência desta Casa e dos Poderes responsáveis deste Estado e desta Nação, pois estão cometendo um crime contra a gente paranaense e a gente brasileira, que revolta a todo o ser consciente, a todo o cidadão pensante.

Vi ontem emissoras de televisão da Capital, anunciarem a prisão de criminosos que faziam a distribuição de carteiras de habilitação nacional, de carteiras falsas para motoristas e as vendiam por dois mil e duzentos cruzeiros. E me revoltei, quando constatei que sem nada gastar, epiléticos, cidadãos com defeitos ou com prejuízos visuais, adquirem também no Comitê deste rico candidato do Partido situacionista, carteiras nacionais de habilitação, sem a prestação do devido exame. E, posteriormente, os homens responsáveis pelo setor de trânsito em nosso Estado, continuam a pregação de que o número elevado de acidentes que ocorre em nosso Estado, o número de vítimas dos acidentes automobilísticos são elevados porque as autoescolas não cumprem com a sua missão; que motoristas despreparados obtêm a sua carteira nacional de habilitação.

E como fica o Governo do Estado e o setor competente? Quando e se necessário fôr e gostaria que esta oportunidade nos fosse dada, provaríamos que foram distribuídas carteiras em Londrina, sem a prestação do devido exame, gratuitamente, e providências nenhuma foram tomadas pelos responsáveis governantes do Estado do Paraná.

Soubemos que a autorização inicial, partida de Curitiba, era para a expedição de mil carteiras de habilitação, através daquele Comitê. Se o número não foi elevado, estão lá em Londrina e no Paraná, mais mil mal habilitados motoristas, a esparramar acidentes, a derramar o sangue do paranaense no asfalto das nossas BR e das nossas grandes cidades. E onde está o responsável por isso?

Então, vim à tribuna, não temeroso de um resultado eleitoral porque o povo de minha terra sempre soube o que quis e sabe o que quer, mas, dado ao quadro que o Partido situacionista vem criando em nossa cidade, expondo em risco agora, a vida do cidadão paranaense, das nossas crianças que não mais poderão atravessar as ruas em direção à escola. Se antes o número de acidentes fatais, ocorridos em nosso Estado, era grande; e se essa história estiver se repetindo em cada município do Paraná, só Deus sabe, como ficará, o nosso Departamento de Trânsito, do Estado do Paraná.

O Sr. Jayme Rodrigues Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Congratulo-me com V. Exa., nobre Deputado, com este pronunciamento que é a expressão da verdade. E solicitei mais o aparte, em defesa da cidade que não é minha, mas dos paranaenses, a cidade de Londrina. Onde um Deputado da Arena, acusa de corrupção eleitoral por parte do nosso Prefeito.

Temos o orgulho de apartear-lo, depois que o Brasil inteiro soube que o maior Prefeito do Paraná, e do Brasil, chama-se Sílvia Barros. Para nossa felicidade, o "primus inter primus" é do MDB, que foi homenageado inclusive pelos Prefeitos da ARENA e de outros países. A corrupção eleitoral da terra de V. Exa. por parte do Partido do Governo, é extensiva, parece até que é lei, a todo o Paraná. Na minha cidade, nobre Deputado, corroborando com V. Exa. neste brilhante pronunciamento, as saídas dos carros para as campanhas políticas, é feitas às sete horas da manhã, na Prefeitura Municipal, nos pontos da Prefeitura, com o dinheiro da Prefeitura.

Há poucos dias lá estive, a Comissão de psicotécnicos, ninguém sabia que a Comissão iria a Goioerê; só sabiam por coincidência, os candidatos a prefeito e a vereadores da ARENA.

E nas filas para o exame psicotécnico, lá estavam os candidatos a distribuírem as suas propagandas, e dando carteiras até a cegos, ao invés de darem àqueles que guiam cegos.

Mas, nobre Deputado, isso já era de se esperar, aliás, há dois meses, usei da tribuna para dizer que se esperasse o que ia acontecer. E sem ter sido profeta, sem ser profeta, tudo está acontecendo, já é praxe, neste Estado, de tanta corrupção.

Mas, tive a feliz notícia, sem querer ser advogado de Londrina ou de Maringá, a notícia de que, em Maringá e em Londrina, como também em Guarapuava e Cianorte, onde os Prefeitos são do MDB, os oculistas estão mudando e as óticas estão fechando, porque os cegos estão indo para outras regiões, porque nessas localidades só se vota no MDB.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o aparte de V. Exa. que muito me honrou, e concedo aparte ao nobre Deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk — Sr. Deputado Del Ciel, sofremos, na nossa identificação, agora, como candidato à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, o maior assédio no que concerne aos eleitores à Carteira de Habilitação, seja ela amadora ou profissional.

E em Ponta Grossa, onde a cidade demonstra e demonstrou, por si só, através das eleições, que, realmente, mudará o seu destino, para um destino melhor como o destino das grandes cidades deste Estado, verificamos que somos abordados por essas pessoas, na época pré-eleitoral. E isso está constatado, através dos anais que devem existir no DETRAN do Paraná, que, justamente é na época pré-eleitoral que se dá o maior número de Carteiras de Habilitação. E isso tanto acontece no Paraná, como nos demais Estados da Federação, quando todos os eleitores procuram os candidatos dos dois partidos para alcançarem seus objetivos.

Então, em Ponta Grossa não poderia ser de outra forma. Aquele governo que detém a sua posição, há doze anos, tenta, de todas as formas possíveis, permanecer no poder. Usa de todas as artimanhas ao seu alcance. E somente não conseguiu, em Ponta Grossa, graças a nosso nome, porque, nas festas públicas, o Partido governista costuma distribuir, graciosamente, milhares de barris de chopes e garrafas de guaraná. Só que, nas festas da ARENA, em Ponta Grossa, as bebidas são tomadas de canudinho, ninguém mais toma em copo aberto, porque, em Ponta Grossa, todos tomam "Zuk, Zuk..."

Se em Londrina, sua cidade, tivesse um candidato "Zuk", os eleitores iriam pegar o que é oferecido pelo Partido governista e votariam no outro candidato.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o aparte de V. Exa. e testemunho aqui, porque tivemos oportunidade de participar de um comício em sua terra.

Infelizmente, nobre Deputado, nós, homens da Oposição, já vacinados de longa data, sabemos como suportar os nossos adversários que se utilizam de armas estranhas e condenáveis em defesa de seus ideais.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estamos ouvindo tranqüilamente a fala de V. Exa. quando se refere ao íntegro Prefeito de Maringá. Porque, o que acontece com V. Exa., lamentavelmente, às vezes, porque acontece conosco, acontece com V. Exa., acontece com homens do MDB, com homens da ARENA, como aconteceu com nosso querido ex-Deputado Sílvia Barros. Acidentes acontecem, porque muitas vezes é o destino que manda. Como diz o provérbio árabe "Maktub", "estava escrito".

Solicito a V. Exa. que nos traga para esta Assembléia, oportunamente, quanto gastou o ilustre, eminente e honrado Prefeito de Maringá, nesta promoção para ser um dos 10 Prefeitos melhores do Paraná. Porque se V. Exa. não souber, nós haveremos de vir aqui, por intermédio da Companhia Promotora de Prefeitos, para dizer. É uma coisa normal para V. Exas. e anor-

mal para a ARENA, porque essa promoção do melhor Prefeito do Brasil, custou dinheiro do povo, dos contribuintes de Maringá. E não é justo que V. Exa. venha fazer a apologia do Prefeito que tripudiou sobre o dinheiro do povo de Maringá.

Gostaria que V. Exa. trouxesse aqui o atestado da Companhia que fez a promoção do Prefeito Sílvio Barros, de que fez a promoção graciosamente.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). A Presidência informa que o Grande Expediente está esgotado e concede mais 1 minuto para V. Exa. terminar sua oração.

O SR. DEL CIEL — Quem fez a louvação do eminente Prefeito de Maringá foi o Deputado Jayme Carvalho e o eminente Deputado Gabriel Manoel, que há muito tempo, neste Parlamento, deve conhecer o caminho para se conquistar títulos, pois anuncia o patrocínio das festas.

Sei que o Paraná canta em prosa e verso as administrações de todos os Prefeitos do MDB, porque são Prefeitos honrados, nenhum deles respondendo a processo por corrupção, homens íntegros que ofereceram aos seus municípios administrações que vêm merecendo aplausos de todo o Estado do Paraná e certamente da grande maioria dos municípios de nossa grande Nação.

Mas, Sr. Deputado, o que denunciávamos aqui, quanto ao grande número de acidentes, o que nos revolta é que o Partido de V. Exa. está contribuindo para que se tirem vidas de seres humanos, distribuindo carteiras a pessoas não preparadas para cortá-las, oferecendo carteiras de habilitação gratuitamente, sem prestação de exames, cometendo um grande crime a todo o Estado do Paraná certamente, não só à minha terra, Londrina.

O SR. PRESIDENTE — Está findo o prazo para V. Exa. usar da tribuna.

O SR. DEL CIEL — Agradeço a V. Exa. e ao eminente Deputado, esperando tão somente que o Partido situacionista acorde, desperte e conquiste as Prefeituras onde tenha os melhores candidatos.

Haveremos de ganhar as eleições municipais nas comunidades e municípios onde nossos candidatos reúnem os melhores e maiores méritos.

Está aí a receita do MDB: vamos ganhar pelo que de bom temos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Líder do MDB, Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje, em 3ª discussão, esta Assembléia analisará e votará o projeto de lei com substitutivo geral, que trata do Estatuto do Magistério.

Tivemos, ontem, nesta Casa, do ponto de vista histórico, uma das mais memoráveis sessões. Talvez, nunca, em ocasião alguma, até a data de ontem, as galerias desta Assembléia estiveram lotadas por uma platéia altamente preparada intelectualmente e extremamente interessada no que aqui se tratava.

Hoje, em 3ª discussão, segundo a palavra firme, e que merece da nossa parte todo o respeito e toda consideração, do ilustre Deputado Ivo Thomazoni, Líder da Arena, não haverá qualquer manifestação contrária quanto às matérias já aprovadas no dia de ontem.

Se por um lado isto nos alegra, por outro lado, não por esta posição, mas pelo que aqui houve no dia de ontem, nos entristece. Os professores do Paraná tiveram no dia de ontem algumas vitórias na discussão do Estatuto do Magistério. Uma delas, que reputo de grande importância, foi a aprovação da emenda que permite ao professor suplementarista, atingido pelo famigerado Decreto 1495, participar de concursos. Outra foi a emenda que suprimiu o inciso IV e o parágrafo único do artigo 50 que tratava da remoção "ex-officio".

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, me deter alguns instantes, na remoção "ex-officio" para insistir e para que fique registrada nos Anais desta Casa a posição que o Poder

Legislativo tomou com relação a este assunto. Há quem diga, há quem queira entender que o fato de não constar do Estatuto do Magistério e do projeto aqui aprovado a remoção "ex-officio", haveria a possibilidade ou a faculdade do Poder Executivo de lançar mão de dispositivos próprios do Estatuto dos Servidores Cíveis. Não creio, não pode, não é possível, não é permitido e isto não poderá ser feito. Primeiro porque o Estatuto do Magistério Público, o Estatuto do Professor é Lei Complementar independente própria, com vida própria e estanque diante de outros Estatutos próprios. Há também, uma outra razão. A intenção do legislador ficou clara, ficou evidente e ficou patente quando excluiu esta possibilidade para que não houvesse remoção "ex-officio" no Paraná, e há que levar em consideração aquele que fôr aplicar a Lei, na intenção do legislador. Para que esta intenção não seja objeto de dúvida futura na sua interpretação é que fazemos esta declaração para que conste dos Anais desta Casa, a fim de servir como elemento, como documento, com referência em qualquer eventualidade.

Dizemos mais, repetimos o que dissemos ontem. A remoção "ex-officio" seria, se existisse, uma norma restritiva do direito individual. E as normas restritivas de direito individual não podem ser interpretadas de forma ampla, mas de forma limitativa. Desta maneira, não existindo e não havendo esta permissão para ser aplicada, não poderá o detentor eventual do Poder Executivo lançar mão, em qualquer hipótese, em qualquer circunstância, da remoção "ex-officio" de interesse do ensino que é genérico nem dentro do município e nem dentro do Estado.

Foi esta a intenção do legislador desta Legislatura da Assembléia Legislativa do Paraná quando aprovou a emenda supressiva.

Foram estas, a meu ver, as vitórias dos professores. Não houve vitória de nenhuma bancada, não houve vitória de nenhum Partido, não houve vitória de nenhum Deputado, todos os que aqui vieram, vieram para cumprir obrigações, para cumprir o mandato e para agir de acordo com suas consciências, já que, como candidatos, tiveram oportunidade de, em praça pública, no rádio e na televisão, exporem as suas idéias, que os tornassem, pelas idéias, conhecidos pelo eleitorado.

Então, as vitórias que aqui foram obtidas, foram vitórias dos professores. Ao mesmo tempo, as derrotas aqui obtidas foram derrotas dos professores do Paraná.

Acho que a derrota mais lamentada, o prejuízo mais sofrido, a dor mais sentida, foi aquela que não permitiu que os professores do Paraná, tivessem regimes e não regime de trabalho. Infelizmente por falta de um voto para que se obtivesse o quorum privilegiado de 28 votos, não obteve a emenda, a aprovação que mandava que se adotasse no ensino paranaense, o regime de 4 horas de trabalho.

Como já existe na Universidade de Londrina, que é uma fundação estadual, na Universidade de Ponta Grossa que é uma fundação estadual, na Universidade de Maringá, que também é uma fundação estadual.

Este, a meu ver, ao ver da nossa bancada, ao ver do professorado do Paraná, foi o prejuízo maior, o golpe maior, mal maior, que sofreu o magistério paranaense com a sua não admissão, em 1º lugar, do projeto elaborado pelo Governo, em segundo lugar na não admissão pela Comissão Especial ou pela maioria da Comissão Especial. E, em terceiro lugar, pela não aprovação do Plenário desta Assembléia.

Mas houve uma outra além desta, é que o professor do Paraná, a professora abnegada lá do interior do Paraná, precisa ser esclarecida que, a aprovação do Estatuto do Magistério como será, como foi ontem, como será no dia de hoje, não significa, desde logo, aumento nos seus vencimentos, no seu quadro funcional, no seu Quadro funcional de sua situação funcional.

Era preciso e nós cobramos e os professores queriam, que ao lado do Projeto do Estatuto do Magistério, viesse também a

tabela de vencimentos.

Esta tabela virá um dia, nós esperamos, e achamos que ela devia vir, para ser apreciada e votada junto com o Projeto do Estatuto do Magistério, não veio, ela virá, terá que vir, inevitavelmente virá, mas que venha, pelo menos aí, como quer o Professor do Paraná.

Esta é a grande esperança, este o grande pedido.

Queremos crer que ainda antes de 15 de novembro, o Professor do Paraná conheça a tabela de vencimentos, que o Governo do Paraná, que o Poder Executivo mande a esta Assembléia para aprovação, a tabela de vencimentos do Professor do Paraná.

O Estatuto pode fixar obrigações, e fixa muitas obrigações para o professor, e fixa muitas proibições para o professor. Que a vantagem maior que o professor espera, e que deveria vir junto, venha e venha logo.

Quero também dizer, que houve uma outra derrota do professorado paranaense. A não admissão da promoção anual. Agora quero deixar bem claro uma posição assumida, não em nome ou pela bancada do MDB, mas por causa e em nome, em defesa do professor paranaense e em consequência com os seus mais legítimos líderes.

A promoção bienal não satisfaz ao professor do Paraná, e o fato de não constar da Lei desta Comissão, será bienal, não dará margem, não dará respaldo, não dará pretexto ao Governo, para que ela só se faça de dois em dois anos.

O Governo regulamentará, o Poder Executivo regulamentará a forma das promoções. E que regulamente, para que estas promoções sejam feitas anualmente.

Creio na Liderança e na força e na presença, e na participação do professor paranaense. A responsabilidade deixou de ser desta Assembléia e passa a ser exclusivamente do Poder Executivo.

E sei que o Poder Executivo não deixará de ser sensível mas sei, acredito e espero, não deixará de ser sensível às manifestações, às expressões, às agonias e aos temores do professor do Paraná.

Quero dizer mais, já agora em nome da bancada do MDB, que o MDB como bancada minoritária nesta Assembléia não tinha — e os professores do Paraná comprederam a responsabilidade pela vitória de um Estatuto que satisfizesse os seus direitos e interesses.

Nós somos minoria.

Não tínhamos, porque a Lei não nos confere o poder de iniciativa, de elaboração ou apresentação do projeto do Estatuto do Magistério. Este deveria vir do Poder Executivo.

A função do MDB ele cumpriu, foi cobrada. Durante um ano, nesta Assembléia, a bancada do MDB cobrou, e cobrou através da CPI da Imprensa, requerida pelo ilustre Deputado Del Ciel; cobrou através da manifestação do Deputado Nilso Sguarez, de recorrer até às vias judiciais para que o Poder Executivo cumprisse a sua obrigação de mandar a esta Assembléia o projeto do Estatuto do Magistério; cobramos por todos os meios e formas desta tribuna, nos palanques, nas rádios, nas televisões, nos comícios.

E o projeto veio.

Veio, mas sejamos honestos: o professor do Paraná não está contente. Sei que ele não está porque seus Líderes mais representativos já transmitiram a opinião do professor do Paraná. Mas, queremos dizer ao Paraná e ao professorado que a luta não terminou aí. A luta não termina aí, ela vai continuar e na defesa da causa do professor paranaense estará, sem ofensa a nenhuma bancada, estará a bancada do MDB nesta Casa.

Sei que cada um tem que cumprir com a sua obrigação. A ilustrada e honrada bancada da Arena, com honrosas exceções houve por bem de advogar a causa do Governo no debate do Estatuto do Magistério e, o Governo foi aqui, ou teve aqui a sua causa defendida por brilhantes e excelentes advogados.

Mas, era preciso que os professores aqui tivessem advogados que defendessem a sua causa e nós nos propusemos nesta Casa, a ser os advogados da causa do professor paranaense. Continuaremos sendo, ontem, hoje e amanhã, até que possa não haver distinção, nem conflito nem divergência entre a posição do Executivo e a posição do professor e haja o interesse único e exclusivo do ensino paranaense.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. OSVALDO MACEDO — Sei que o Deputado Gilberto Carvalho gostaria de me apartear, e é com muita honra que lhe concedo a oportunidade.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, estou acompanhando o pronunciamento de V. Exa., e vejo agora no final de sua fala, que V. Exa. fala na defesa do professor paranaense.

Dá a entender que só V. Exa. faz a defesa do professor paranaense. Sabe V. Exa. que nós, na Comissão Especial dialogamos, conseguimos a inclusão em nosso substitutivo de grandes reivindicações da classe e dialogamos junto ao Poder Executivo, para que fossem mantidas. E aqui está, fizemos o que estava em nosso alcance. Houve também a contribuição, com perfeita isenção de cor partidária, de todos os membros da Comissão. Procuramos entregar o trabalho da melhor forma possível. Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica a V. Exa., Deputado Osvaldo Macedo, que tem um minuto para concluir.

O SR. OSVALDO MACEDO — Deputado Gilberto Carvalho. Quero fazer justiça.

Sei que V. Exa. é um dos mais assíduos Deputados desta Assembléia; sei que V. Exa. é um Deputado trabalhador; sei que V. Exa. cumpre com eficiência as atribuições que lhe são conferidas.

Não posso falar por trabalhos de bastidores. Não posso responder e nem analisar trabalhos palacianos. Falo pelo que acontece, pelo que sei publicamente. A diferença ou a divergência talvez seja de posições.

Nós assumimos uma posição; V. Exa. e a maioria de sua bancada, assumiram outra posição.

Não sei se há mérito ou demérito em cada posição. Nós assumimos a que nos pareceu conveniente, mais correta, no momento presente. Só queria dizer, para finalizar, dizer a V. Exa. dizer a esta Casa, dizer à direção desta Assembléia e dizer ao Professor do Paraná, ressaltada a posição dos honrados Deputados Gabriel Sampaio, Aragão de Mattos Leão, Accioly Neto, que colaboraram para que muitas das posições que em nome dos professores apresentamos, fossem aqui, ou aprovadas ou tivessem votação majoritária, em face do quorum privilegiado.

Quero dizer que o Professor do Paraná pode contar que a bancada do MDB nesta Casa, continuará sendo a advogada da causa do Magistério, nesta Casa.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra à Liderança da ARENA.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com o objetivo de introduzir melhores padrões genéticos no rebanho de exploração leiteira, a Secretaria de Educação determinou às suas entidades vinculadas à Café do Paraná e à Acarpa, para, em conjunto, realizarem um estudo da viabilidade da importação de matrizes do Canadá, país que ocupa hoje a primeira colocação na produção de leite.

Os extensos contatos mantidos pelos técnicos que formaram uma comissão enviada ao Canadá a fim de constatarem "in loco" as condições da pecuária de leite naquele país, formalizaram a viabilidade da importação de bezerras de 6 a 8 meses de idade da raça holandesa (Holstein), por ser nesta idade que se

conseguem os preços mais favoráveis, além da melhor possibilidade de adaptação em ambientes estranhos.

Esses animais — 2 mil até o final de 1977 — serão revendidos a produtores selecionados em base a infraestrutura que possuem em suas propriedades rurais, a preço de custo, estando afastada a finalidade de lucro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cabe aqui uma pequena digressão sobre a situação atual da nossa bovinocultura de leite. Dentro do Setor Primário, a pecuária é responsável por 40 por cento da renda bruta total gerada, contribuindo com 18,6 por cento (média de 1960 a 72) da renda interna do Estado. Considerada a nível de atividades e produtos, a bovinocultura ocupa o terceiro lugar com uma participação média global de 8,66 por cento (4,71 para a carne e 3,95 para o leite).

Vale ainda ressaltar que a bovinocultura foi responsável pelo elevado percentual médio de 60 por cento no triênio 1968 — 1970, e seus produtos carne e leite, tiveram participações semelhantes no mesmo período, notando-se apenas uma tendência crescente para a carne e decrescente para o leite. Contudo, a partir de 1974, a exploração leiteira teve grande estímulo, representado pelo incentivo de preços, assistência técnica e um programa especial de desenvolvimento da atividade (PDPL).

(Lê): “Procurando desenvolver ainda mais a pecuária estadual, o Governo decidiu fazê-lo tomando por base um avanço já consagrado em outros países, cuja tecnologia agropecuária encontra-se em níveis elevadíssimos.

Desta forma, foi buscar o Paraná no Canadá, animais de excelente padrão zootécnico, aptos para servirem de células melhoradas no nosso próprio rebanho de leite, dentro de poucos anos. Na verdade, este é um dos aspectos mais importantes desse programa, já que as propriedades selecionadas vão atuar como células de reprodução, repassando a filiação das matrizes importadas (machos e fêmeas) sendo que as fêmeas deverão ser inseminadas por touros provados no país de origem, para promover a médio e longo prazos o melhoramento genético de boa porcentagem do rebanho do Estado, com o esperado aumento da produtividade física da exploração pecuária.

Entretanto, como já tive a oportunidade de frisar nesta alocução, o Governo tomou as providências para que a aquisição dos animais fosse feita da maneira mais criteriosa possível. Assim, os técnicos da Secretaria da Agricultura, acompanhados por um representante da Associação Paranaense dos Criadores de Bovinos (APCB), Dr. Laércio Vale Nicolau, membro do Conselho Técnico daquela entidade, percorreram cerca de 550 estabelecimentos particulares de exploração pecuária no Canadá, a fim de selecionar os animais, dentro das normas zootécnicas.

Quero acrescentar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a região designada para a compra, é na atualidade uma das maiores concentrações de gado holandês do mundo, a região de Ontário, no Canadá.

A primeira remessa do total de dois mil animais já se encontra nas instalações do Parque Castelo Branco, em Curitiba, no chamado período de pré-imunização, a fim de serem preparadas para enfrentar as condições ambientais das nossas zonas rurais, sem maiores riscos de vida. Vencido este período de 140 dias, o que deverá ocorrer no mês de dezembro, os animais serão revendidos pela Secretaria para os pecuaristas selecionados, de acordo com sua infraestrutura empresarial, e tendo em vista também sua localização junto às tradicionais bacias leiteiras do Paraná”.

Os comentários que fiz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, têm a finalidade de esclarecer o eminente Deputado Nilso Sguarezi, que, através de pedido de informações aprovado por esta Casa, encaminhou indagação à Secretaria de Agricultura pretendendo conhecer detalhes da implantação do gado leiteiro, promovido pelo Estado do Paraná.

Portanto, pretende S. Exa. conhecer os objetivos maiores da administração estadual e no instante em que aquela Secretaria constitucionalmente responde ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, faço da tribuna, para que se registrem os comentários iniciais e na medida que forem instruídos, aqui estaremos para a comprovação do alto negócio para os pecuaristas paranaenses, isto promovido pela Secretaria de Agricultura, na importação deste gado leiteiro.

Sr. Presidente, para fazer justiça, devo fazer um breve comentário a uma notícia inserida pelo jornal “O Estado de São Paulo”, na sua edição de hoje. Publica a fotografia do eminente Deputado Fuad Nacli, com a legenda “O cochilo do Deputado Fuad Nacli provocou confusão”.

Sr. Presidente, dois dos Srs. Deputados da Aliança Renovadora Nacional, compareceram à Sessão Plenária de ontem: o Deputado Leopoldo Jacomel e o Deputado Fuad Nacli. Ambos com prescrição médica e proibidos terminantemente, Sr. Presidente, de abandonarem o leito.

Ambos até os primeiros dias desta semana hospitalizados. O Deputado Leopoldo Jacomel, com esforço sobrehumano aqui compareceu e aqui permaneceu até o final das discussões e das votações que se feriram. O Deputado Fuad Nacli, ingerindo de duas em duas horas quatro tipos de comprimidos diferentes para sustentar-se fisicamente neste Plenário.

Jantei com o Deputado Fuad Nacli na noite de segunda-feira, em sua residência. E quando conversávamos, o efeito dos medicamentos que está ingerindo por prescrição médica, fazia com que S. Exa. adormecesse. E, no cuidado da sua família, a proibição de que saísse do leito e comparecesse a qualquer atividade parlamentar ou que desenvolvesse qualquer atividade política. Atendeu S. Exa. o chamamento da liderança, e aqui esteve.

É verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ao repórter não se deve exigir o conhecimento destas particularidades. E, portanto, sem que a minha justificativa importe em qualquer comentário que possa dizer que o jornalista que cobriu os acontecimentos de ontem tenha sido faccioso, homenageando-o até pelo seu cuidado, devo ao Deputado Fuad Nacli esta homenagem que faço desta tribuna, porque doente, porque enfermo, porque impossibilitado de vir a este Plenário, veio, cumprindo com sua obrigação, sem ter saúde para tanto.

E, neste instante, Sr. Presidente, justifico a postura do Deputado em alguns instantes da sessão de ontem, e eu faço e presto a homenagem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a todos os membros deste Poder Legislativo, que muitas vezes pintados por tantos paranaenses como inoperantes e incapazes, mal sabem eles que poucos são os Deputados que têm tempo para almoçar, para jantar e até para dormir. Não só as constantes viagens de contactos com as suas áreas distantes deste Estado, mas a tarefa estafante que têm, Sr. Presidente, de suprirem a falta de iniciativa de legislar deste Poder, com o atendimento pessoal, diário, estafante, com todas as centenas de homens e mulheres de todas as categorias sociais que os procuram diariamente.

E quando o Deputado estafado, cansado, alquebrado até, dá um cochilo, consequência dos medicamentos que ingere, não pode o Parlamentar ser motivo de chacota.

Aos homens do MDB e da Arena, àqueles que têm a coragem hoje de pertencerem à classe política as minhas homenagens por tudo que suportam, Sr. Presidente, de incompreensão; por tudo que sabem superar, Sr. Presidente, quando da incompreensão daqueles que não estão aqui dentro e vivendo o dia a dia que nós vivemos, não sabem até das responsabilidades de cada um, da posição política de cada um, das diretrizes que são emanadas do seu Partido que dá uma orientação, Sr. Presidente, depois de muito estudo, de muita luta, para o convencimento, de que estamos numa posição certa, quando adotada por uma maioria de homens, que não pensam noutra coisa senão, no

bem estar da coletividade brasileira, que habita este Estado do Paraná.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ivo Thomazoni, por delegação do líder da bancada do MDB, nós queremos, nesta oportunidade, nos solidarizar com as suas palavras, com relação aos ilustres Deputados Fuad Nacli e Leopoldo Jacomel, que demonstrando o seu espírito de civismo, aqui compareceram na tarde de ontem, e que mereceu da nossa bancada, ambos os Deputados, a solidariedade e o respeito que lhes é devido.

Era o aparte.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a V. Exa., eminente Deputado Deni Schwartz, e o agradecimento é extensivo à bancada, pela solidariedade.

E me desculpo com a Presidência se, ao falar dos dois eminentes Deputados me envolvi, não era este o meu intuito. É que assisto como assisti ontem, sacrifícios de ordem política feitos pelos Deputados Zuk, pelo Deputado Tolentino, pelo Deputado Luiz Gabriel Sampaio, por Deputados que são candidatos a Prefeito Municipal nestas eleições e que abandonaram as suas campanhas, que é um objetivo mais imediato, desses parlamentares alcançarem para o seu partido, vitórias eleitorais nos seus municípios, e que abandonaram tudo para aqui estarem, também, para o cumprimento de uma atividade parlamentar.

Se homenagem Leopoldo Jacomel e Fuad Nacli, é porque os conheço bem, com eles convivo, sei das intenções de cada um, pelo sacrifício que eles fizeram, para que aqui pudessem permanecer ontem, durante a sessão que se prolongou noite à dentro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 186/75, de autoria do Poder Executivo. Mensagem 148/75, dispondo sobre o ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, para o ensino de 1.º e 2.º Graus. Parecer favorável da Comissão Especial, com SUBSTITUTIVO GERAL, por maioria.

A Mesa suspende a sessão por cinco minutos para consultar os líderes das bancadas.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está reaberta a sessão.

3.ª Discussão do Projeto de Lei número 186/75.

Sobre o projeto, a Mesa recebeu a seguinte Emenda que será lida pelo Sr. 2.º Secretário.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê a emenda)

“EMENDA DE 3.ª DISCUSSÃO”

Fica revogada a Emenda número 17, no que segue:

Inclua-se onde couber:

“Artigo — Todo o benefício pecuniário concedido ao Pessoal do Magistério em atividade, será extensivo ao inativo com os mesmos percentuais e mesma vigência”.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1976.

(aa) TRAJANO BASTOS e outros”

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) De acordo com o art. 166, do Regimento Interno, a Mesa colocará em discussão o projeto e as emendas, não só as aprovadas ontem, como a apresentada hoje.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. De acordo com o art. 175, “o encaminhamento da votação se fará em relação ao projeto e emendas, em conjunto”.

Nessas condições, a Mesa colocará em votação as emendas, uma à uma, e posteriormente, o substitutivo.

Emenda aprovada na sessão de ontem, que será lida pelo Sr. 2.º Secretário.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Emenda: (Lê): “A letra B do parágrafo 2.º do artigo 17. . .)

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — **Aprovado por unanimidade.**

O Sr. 2.º Secretário procederá a leitura de outra Emenda.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê): “Seja suprimido o inciso 4.º do artigo 50 . . .”

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — **Aprovado por unanimidade.**

O Sr. 2.º Secretário procederá a leitura da outra Emenda.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê): O artigo 118 passa a ter a seguinte redação: . . .)

O SR. PRESIDENTE — Em votação. A Mesa adverte à Casa que sendo o encaminhamento da votação em globo, projeto e emendas, cada Deputado poderá usar da palavra somente uma vez.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação)

Nestas condições, Sr. Presidente, faço referência também ao artigo 50.

Ontem pedi registro de meu voto em separado contra a emenda supressiva do art. 50, por entender que deveria permanecer o parágrafo único.

Com referência ao art. 188, acho que só beneficiará o professor concursado que poderá ser admitido.

Por esse motivo, sou contra.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda referente ao Art. 118. — **Aprovada por maioria.**

O Sr. 2.º Secretário procederá a leitura de outra emenda.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê): O parágrafo único do art. 118 . . .)

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda. — **Aprovada por unanimidade.** O Sr. 2.º Secretário lerá a emenda apresentada em 3.ª discussão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (Lê emenda)

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como não estava previsto no substitutivo, esse benefício que inclui os inativos do magistério, entendemos que seria justo que o pessoal inativo tivesse também sua participação neste Estatuto. Foi assim que, em consonância com S. Exa. o Sr. Deputado Ivo Thomazoni, líder da bancada da Arena nesta Casa tomamos a liberdade de encaminhar à Mesa essa emenda.

O objetivo da mesma é de todos conhecido: não poderíamos deixar esquecido o pessoal inativo do magistério, que durante tantos anos prestou seus serviços, sua colaboração, seu civismo ao ensino do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação a emenda.

Aprovada. Em votação o substitutivo.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo, embora possa parecer contraditório e incoerente, proferir meu voto contrário ao substitutivo geral. E o faço, alinhado na seguinte razão: se ontem votei favoravelmente, votei favorável ao 1.º, 2.º e 3.º, aos primeiros artigos, teria que adotar tal posição até o final, porque acreditava que, com as emendas apresentadas, pudesse esta Casa oferecer ao ensino do Paraná um

diploma legal que buscasse e alcançasse os objetivos da educação.

Infelizmente, isso não se conseguiu. Conversando com alguns professores ontem à noite, senti a frustração daqueles que me diziam que no Paraná se procura formar um Exército, onde não existe o posto de general. Mestrado, doutorado, fica sem objetivo no Paraná. E a educação e ensino é aprimoramento total de pessoal, é busca constante e incessante. Esta é uma das razões.

A outra, as professoras primárias, as baluartes do ensino, que devem ter uma vocação e deve haver exatamente um ideal para o exercício desse mister. Assim, discordei do usubstitutivo também, por outras razões, e vou alinhar apenas uma: ele é constantemente voltado contra o professor e cominação alguma dá ao Estado, por exemplo, no caso de atraso de pagamento. Na história não apenas deste Estado, mas de muitos Estados do Brasil, tem sido uma constante o atraso de pagamento: se hoje no Paraná nossas professoras recebem em dia, é possível que amanhã isso não venha a ocorrer. Cominação alguma existe para o Estado neste aspecto.

Deve-se dar uma lei que ambas as partes estejam servidas, Estado e Magistério. Assim, é unilateral, o Estado é senhor absoluto e a pessoa humana que lhe presta serviço, sem a garantia ideal.

Por tais razões, quero com meu voto significar a frustração daquele mestrado e doutorado, que não viram suas pretensões atingidas, e de todos os professores do Paraná que ainda esperam que um dia, realmente, este Estado possa, o Poder Executivo e a autonomia deste Poder, conferir a eles, professores, um Estatuto à altura do que o Magistério do Paraná merece e principalmente o ensino do Estado merece.

Muito obrigado. — ((Sem revisão do orador)).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o substitutivo. — **Aprovado por maioria de votos.**

O projeto irá à 4.^a discussão por ter recebido emenda em 3.^a discussão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do DER, encarecendo seja incluído entre suas obras prioritárias, o acesso ligando Cafelândia D'Oeste à BR-369. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que determine a extensão de linhas de eletrificação rural no município de Palmeira. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Chefe do DNER, no sentido de abolir a fiscalização nos postos de tonelagem nas diversas rodovias do Estado. — **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, sexta-feira, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 559/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os números 8226, de 20 de setembro de 1976 e 9003, de 12 de outubro do corrente ano, deste Poder,

RESOLVE:

designar, EDILTON TREVISAN, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da ARENA, no período compreendido entre 05 de outubro a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA N.º 560/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9041, de 12 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a ROGERIO FABIANO NEVES DA CRUZ, matrícula número 171, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 18 de outubro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA N.º 561/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9033, de 12 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a SILVIA PEIXOTO GRANADO, matrícula número 277, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 19 de outubro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA N.º 562/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9064, de 13 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, ao funcionário RAUL ZIPPERER, matrícula 522, ocupante do cargo de nível PL "23", do cargo de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA N.º 563/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9045, de 13 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

lotar LUIZ CARLOS GONÇALVES DE CASTRO, matrícula número 592, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial da Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Judiciária, a partir de 18 de outubro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral